

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/uniao/gt-do-cecap-discute-eficiencia-e-qualidade-dos-servicos-publicos.htm>

## **GT do Cecip discute eficiência e qualidade dos serviços públicos**

**A função do centro é auxiliar o Tribunal na produção e disseminação de conhecimento em controle externo e na promoção de ações de cooperação, estudo e pesquisa, entre outros**

O Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (Cecip) do Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, no último dia 22, a primeira reunião do Grupo de Trabalho Temático (GT) sobre avaliação da eficiência e qualidade dos serviços públicos.

Criado pela Resolução TCU 263/2014 e implantado em 2017, o Cecip é um órgão colegiado de natureza consultiva e caráter permanente com a função de auxiliar o Tribunal na produção e disseminação de conhecimentos relevantes à atuação do controle externo; na sugestão de ações institucionais para o aperfeiçoamento do sistema de controle e da administração pública; e na promoção de ações de cooperação, estudo e pesquisa, entre outras competências. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) funciona como secretaria executiva do centro.

O Cecip conta com quatro grupos temáticos, que reúnem servidores do TCU, especialistas externos, representantes da sociedade civil e da comunidade acadêmica para apoiar o centro no planejamento e na execução das ações a serem implementadas. Atualmente, os grupos temáticos tratam de avaliação da eficiência e da qualidade dos serviços públicos; avaliação do resultado de políticas e programas públicos; promoção da transparência e combate à fraude e à corrupção na Administração Pública Federal (APF); e desempenho dos Tribunais de Contas.

O GT de avaliação da eficiência e qualidade dos serviços públicos foi o primeiro a se reunir. O encontro buscou identificar oportunidades de trabalho conjunto e o interesse dos participantes em trabalhos e eventos específicos.

Ao iniciar a reunião, o diretor-geral do ISC, Maurício Wanderley, ressaltou que o centro foi criado com o objetivo principal de aproximar a sociedade do controle externo, permitindo a interação com representantes da sociedade civil, da comunidade acadêmica e de outras instituições, de forma a estabelecer um diálogo qualificado sobre as estratégias de trabalho do controle.

O coordenador-geral de Controle Externo da Eficiência Pública, Luiz Akutsu, lembrou que a eficiência ganhou destaque no ordenamento jurídico brasileiro por meio da EC 19 de 1998, que a incluiu como um dos princípios da administração pública. No TCU, o termo é entendido, com base no [Vocabulário de Controle Externo](#), como a relação entre os produtos (bens e serviços) gerados por uma atividade e os custos dos insumos empregados para produzi-los, em um determinado período de tempo, mantidos os padrões de qualidade.

O coordenador-geral também explicou que a atuação do TCU para aprimorar a eficiência na administração pública tem incluído ações que busquem melhorar a capacidade organizacional dos órgãos e entidades jurisdicionados. Além disso, as ações de controle têm sido direcionadas a situações-problema prioritárias, que possam levar a deliberações transformadoras e ao consequente aprimoramento dos serviços públicos. “Dentro deste ciclo, a sociedade civil e a comunidade acadêmica podem ajudar a selecionar quais são os problemas mais crônicos e prioritários e onde o TCU pode gerar mais resultados”, afirmou.

Entre as situações-problema e as ações de controle correspondentes apresentadas ao grupo estão a fragilidade do sistema de controle interno do Judiciário; o risco de corrupção na governança dos bancos federais; a baixa credibilidade das informações sobre créditos e parcelamentos tributários; a baixa recuperabilidade dos créditos tributários e da dívida ativa; as deficiências na governança das renúncias de receita; os elevados riscos à segurança energética do Brasil; e a baixa efetividade, eficácia e eficiência da administração pública na execução das políticas públicas.

### **Novo Regime Fiscal**

Um dos principais temas discutidos durante a reunião do grupo temático foi o desafio para a melhoria de serviços públicos no cenário de limitação de despesas primárias, em decorrência da EC 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal. De acordo com o especialista em Política e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Telles, também representante do presidente da CNI, o conselheiro Robson Braga de Andrade, com a EC, o TCU assume um papel importante. “Nós estamos em uma situação fiscal muito difícil e entendemos que o próximo passo é o acompanhamento por parte da sociedade e do TCU desse novo regime”, explicitou.

O secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Leonardo Albernaz, ressaltou que a emenda impõe uma série de desafios, inclusive a dificuldade de alguns órgãos continuarem funcionando nas atuais circunstâncias de limitação de recursos. “Daí vem a questão da eficiência, ou seja, ou os órgãos públicos aprendem a ser mais eficientes ou vão ter dificuldade de operar nos próximos anos”, explicou.

A assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Grazielle David, destacou que a preocupação com o equilíbrio fiscal deve estar aliada a uma adequada manutenção das políticas públicas. “A gente tem que considerar que o nosso país é extremamente desigual e necessita de investimento público em políticas públicas. Então precisamos chamar a atenção para, no contexto do equilíbrio fiscal, a gente não olhar só para números, mas pensar também nas pessoas que estão por trás disso”, afirmou.

## **Parcerias**

Além de temas prioritários para a atuação do TCU no que diz respeito à eficiência da administração pública, a reunião do grupo temático também discutiu formas práticas de operacionalizar parcerias entre o Cecap e a comunidade acadêmica.

O presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (Anpad), professor Tomas Aquino, destacou a possibilidade de criação de turmas específicas de mestrado profissional em Administração na Universidade de Brasília (UnB), além da inserção de temas relacionados às situações-problema identificadas pelo TCU nos editais de seleção para o Programa de Pós-graduação da Faculdade de Administração, no sentido de gerar futuras dissertações ou teses que possam contribuir com soluções para tais questões.

Além dessas possibilidades de parcerias institucionais, o professor da Faculdade de Administração da UnB Ricardo Gomes também apontou a possibilidade de realização de eventos conjuntos para debater temas de interesse mútuo e pontos relacionados às situações-problema apresentadas ao grupo. A professora do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB Sheila Tolentino destacou também a necessidade de realização de estudos sobre a organização da administração pública e sobre a capacidade de realização disponível no Estado brasileiro. “Acho que a gente precisa subsidiar tanto o Legislativo quanto o sistema de controle com informações a respeito de que capacidade é essa que nós temos. Embora a gente tenha soluções maravilhosas e que a gente traga de experiências internacionais políticas públicas muito bem-elaboradas, estamos pecando na capacidade de realizar. E aí tem a questão de eficiência, ou seja, de que forma esta organização pública está trabalhando”, explicou.

Oportunidades de parceria para a realização de eventos e estudos também foram apresentadas pelo diretor de Programas no Brasil da *London School of Economics (LSE)*, Carlos Alexandre Nascimento, que indicou em especial a possibilidade de desenvolvimento de metodologia efetiva para a avaliação de resultados das políticas públicas, com base em indicadores de qualidade.

Participantes do GT de eficiência e qualidade dos serviços públicos.

### **Integrantes/convidados do GT**

- Grazielle David: assessora política do Inesc
- Tomas Aquino Guimarães: presidente da Anpad
- Ricardo Correa Gomes: professor do curso de Administração da UnB
- Carlos Alexandre Nascimento: diretor de Programas da LSE
- Mário Sérgio Carraro Telles: especialista em Política e Indústria da CNI e representante do conselheiro Robson Braga Andrade (presidente da CNI)
- Sheila Tolentino: professora do curso de Gestão de Políticas Públicas da UnB

### **Comitê Técnico do Cecap**

- Luiz Akutsu: coordenador-geral de Controle Externo da Eficiência Pública
- Leonardo Albernaz: secretário de Macroavaliação Governamental
- Hamilton Caputo Delfino: secretário de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP)
- Mauricio de Albuquerque Wanderley: diretor-geral ISC

### **TCU**

- Rainerio Rodrigues Leite: secretário-geral da Presidência do TCU
- Marcelo Barros Gomes: coordenador-geral de Controle Externo de Resultados de Políticas e Programas Públicos (Coger)
- Luiz Gustavo Gomes Andrioli: coordenador-geral de Controle Externo das Unidades nos Estados (Coestados)
- Fabiana Ruas: diretora do Centro de Pesquisa e Inovação (Cepi/ISC)
- Josianne Lima: Cepi/ISC
- Cintia Caldas: ISC